

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.809 - MG (2018/0319768-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR** : **LUCAS RIBEIRO CARVALHO E OUTRO(S) - MG095359**  
**AGRAVANTE** : **CONCEICAO VIEIRA E ARAUJO**  
**ADVOGADOS** : **PAULO PACHECO DE MEDEIROS NETO - MG049756**  
**ROBERTO RODRIGUES PEREIRA JÚNIOR E OUTRO(S) -**  
**MG080000**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**  
**AGRAVADO** : **OSVALDO ARAUJO**  
**ADVOGADOS** : **PAULO PACHECO DE MEDEIROS NETO - MG049756**  
**ROBERTO RODRIGUES PEREIRA JÚNIOR - MG080000**  
**INTERES.** : **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**  
**MG**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, em 14/08/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"REMESSA NECESSÁRIA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO IPSEMG - OFICIAIS DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - VINCULAÇÃO AO REGIME PRÓPRIO - SERVENTUÁRIO - REQUISITOS PARA APOSENTADORIA - VIGÊNCIA DA EC 20/98.

1 - O IPSEMG é parte ilegítima, porque o vínculo e pagamento pretendidos pelo servidor, não repercutem em sua esfera jurídica, tratando-se de gestão do Estado de Minas Gerais.

2 - O Órgão Especial deste e. Tribunal, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.0024.09.579411-1/002, declarou a inconstitucionalidade do art. 3º, V, da Lei Complementar nº 64/2002, com a redação dada pela Lei Complementar nº 70/2003: não há vinculação dos oficiais das serventias extrajudiciais, ao regime próprio de previdência do Estado de Minas Gerais.

3 - Apenas o serventuário de Cartório, que atender aos requisitos para aposentadoria, antes da vigência da EC nº 20/98, é que tem direito adquirido à manutenção do vínculo com o regime próprio de previdência social" (fl. 191e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls.

206/209e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.PREQUESTIONAMENTO PARA EFEITO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

Conforme art. 1.025 do Novo Código de Processo Civil consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou para fins de pré-questionamento ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade" (fl. 231e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação ao art. 1.022, I e II, e 489, § 1º, IV, do CPC/2015, sustentando que, "a despeito de interpostos embargos de declaração, o acórdão permaneceu omissor, na forma dos artigos 1022, II, parágrafo único, I e II, e 489, §1º, IV, do Código de Processo Civil, porque a Turma Julgadora não enfrentou os argumentos deduzidos no processo capazes de firmar a improcedência do pedido do Recorrido" (fl. 285e).

Por fim, requer o provimento do apelo, "anulando-se o acórdão que julgou os embargos de declaração, com a devolução dos autos à instância de Origem para novo julgamento que analise de forma fundamentada os argumentos deduzidos no processo capazes de firmar a improcedência do pedido do Recorrido" (fl. 286e).

Contrarrazões a fls. 300/310e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 327/331e), foi interposto o presente Agravo (fls. 361/366e).

Contraminuta a fls. 386/396e.

**A irresignação não merece conhecimento.**

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, com o objetivo de obter o reconhecimento do vínculo com o regime previdenciário especial do Estado de Minas Gerais e do direito à aposentadoria integral.

Julgada improcedente a demanda, recorreram ambas as partes, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local, exceto por acolher a preliminar de ilegitimidade passiva do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, verifica-se que a parte recorrente não demonstrou no que consistiu a suposta ofensa ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NAS RAZÕES RECURSAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PROTEÇÃO DO ART. 833 DO CPC/2015.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão incorreu em omissão, contradição ou obscuridade. Aplica-se à hipótese o óbice da Súmula 284 do STF. Precedentes: REsp 1.595.019/SE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 9/5/2017; AgInt no REsp 1.604.259/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/9/2016.

2. Há entendimento firmado do Superior Tribunal de Justiça de que "é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda" (EResp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 19/12/2014).

3. Recurso especial do qual se conhece parcialmente e, nessa extensão, nega-se-lhe provimento" (STJ, REsp 1.710.162/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC") e, considerando a sucumbência recíproca estabelecida pelas instâncias ordinárias, majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, devido ao advogado da parte **recorrida**, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, sendo vedada a compensação, nos termos do § 14 do aludido dispositivo legal.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora